

29 NOV 1984

Dinheiro novo: questão malposta

As críticas feitas ao governo pelo fato de não solicitar novos recursos em moeda forte na terceira fase de renegociação da dívida externa não têm grande fundamento e dão falsa visão da atual situação. Por um lado, mesmo sem pedir *new money* aos bancos comerciais, a dívida externa brasileira irá aumentar, o que indica claramente que o País irá receber novos recursos. Por outro lado, no esquema de renegociação previsto, nada impede que se recorra aos bancos para obter tais recursos quando necessário. A única diferença é que tal pedido não está incluído na terceira fase de renegociação.

É interessante que as previsões quanto ao déficit em transações correntes do balanço de pagamentos não diferem muito, quer sejam oriundas do governo, quer da oposição: variam entre um mínimo de três e um máximo de cinco bilhões, segundo as fontes. Ora, qualquer que seja o valor entre tais extremos, será muito fácil obter recursos para cobrir esse déficit sem ter de recorrer às

reservas, que aliás serão maiores do que se havia previsto neste final de ano. De fato, pode ter-se a certeza de dispor, no próximo ano, de 5.245 milhões de dólares, cujo fornecimento assim se distribui: FMI (1,6 bilhão), Banco Mundial e sua afiliada, a Corporação Financeira Internacional (1,27 bilhão), BID (370 milhões), instituições governamentais (810 milhões) e créditos de compradores ou fornecedores (595 milhões). Tal quantia, acrescida do valor dos investimentos diretos estrangeiros (calculados em um bilhão de dólares), é suficiente para cobrir o déficit em transações correntes. Naturalmente, poder-se-ia pensar em não depender das exigências do FMI; o problema é que qualquer contratação de novos recursos com os bancos comerciais será condicionada pela obtenção do aval moral do FMI.

Outra razão da insistência em que se obtenham novos recursos poderia ser a vontade de aumentar as reservas cambiais. Ora, a nosso ver, um dos objetivos principais do futu-

ro governo deveria ser reduzir o saldo da dívida externa. Assim, no momento em que a taxa de juros no mercado internacional representa o maior ônus para o balanço de pagamentos, não se pode defender a contratação de empréstimos desnecessários. Acumular reservas mediante empréstimos poderia ser justificável no tempo em que as taxas de juros eram negativas; tal política não faz sentido algum hoje.

Ao escolher as fontes de empréstimos, é preciso dar preferência àquelas cujo custo é menor e oferecem taxas fixas. São, incontestavelmente, as fontes que enumeramos mais acima. Naturalmente, pode admitir-se que as projeções governamentais relativas à balança comercial estabeleceram excessiva compressão das compras no Exterior. Cabe ver, no entanto, que, desde que um controle das importações favorece a substituição dos produtos importados — substituição a um custo razoável —, é útil para a economia nacional manter algumas restrições.

O que é essencial é que se as projeções foram excessivamente otimistas, tanto no que diz respeito às importações quanto às exportações ou mesmo quanto à taxa de juros, haverá sempre a possibilidade de obter novos empréstimos. Só que, em vez de negociar tais empréstimos com mais de 600 instituições financeiras — as quais, visto o caráter compulsório de um acordo global, vão criar dificuldades —, o governo poderá obter tais recursos em apenas 50 bancos, que estarão dispostos a subscrever empréstimos não excessivamente elevados. Aliás, o governo federal assim como outras instituições (até as dirigidas por pessoas da oposição, como o presidente do Banespa), está contratando novos empréstimos, ainda que tais operações não entrem na renegociação.

Criticar o governo por não ter pedido recursos dos quais o País não necessita nos parece pouco racional — a menos que se comprove que o Brasil não tem reservas ou todas as projeções são totalmente infundadas.